



Costa Couto (E) com Maílson: "O governo cumpriu a sua parte"

Costa Couto atribui culpa ao Congresso

BRASÍLIA — O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, responsabilizou o Congresso pelo fracasso das negociações sobre o Orçamento e admitiu a hipótese de o presidente Sarney vetar o projeto que resultar das decisões do Legislativo. A situação de confronto configura a pior crise nas relações entre o governo e o Congresso desde a posse do presidente Sarney, em março de 1985.

"Não foi o governo quem encerrou as negociações. Quem encerrou foi o Congresso Nacional", afirmou o ministro, que também fez uma dramática advertência sobre as consequências da manutenção do déficit público em níveis elevados: "Sem reduzir o déficit nós não vamos domar essa inflação. Os brasileiros vão pagar muito caro por isso e se a médio prazo houver a possibilidade de retorno da hiperinflação o país mergulhará numa trajetória imprevisível, que a gente sabe como comece e não sabe como acaba".

"A situação não é de impasse. Agora o Congresso irá exercer as prerrogativas que a Constituição assegura", assinalou no entanto Costa Couto, emendando em seguida: "O governo cumpriu sua parte".

O chefe do gabinete civil fez essas declarações num intervalo da reunião do pacto social realizada à tarde no Ministério do Trabalho. Assessores do Palácio do Planalto presentes à reunião acusaram o Congresso de "irresponsabilidade" por recusar as propostas do governo.

A nova Constituição impede o Congresso de alterar as previsões de receita contidas na proposta orçamentária enviada pelo governo, assim como também proíbe aos parlamentares modificar as projeções sobre transferências de recursos aos Estados, gastos com o pessoal e sobre os serviços das dívidas dos estados e municípios. Diante dessas limitações impostas pelo texto constitucional, apontou o ministro, resta ao Congresso a prerrogativa de cortar despesas previstas na proposta orçamentária governamental, de forma a possibilitar recursos, no mesmo montante dos cortes, para aprovação de suas emendas ao orçamento que impliquem em despesa da União.

Com o encerramento das negociações com o Congresso, o governo retirou a proposta feita na semana passada que amenizava as exigências de pagamento das dívidas dos Estados, através da criação de um sistema de cascata, pelo qual o montante de pagamento das dívidas externas dos Estados em 1989 seria proporcional ao seu total.

O Palácio do Planalto também retirou a proposta sobre o orçamento aos parlamentares no final da semana, que abriu um espaço de Cr\$ 120 bilhões para que pudesse ser atendida parte das emendas apresentadas pelos deputados e senadores, o que significaria elevar o déficit de 0,1% do PIB previsto no orçamento da União para 1989 para 0,3%. "Com o encerramento das negociações, essa proposta ruiu, foi descartada", anunciou Costa Couto.

De qualquer forma, o espaço aberto no orçamento pelo governo estava muito longe de atender aos parlamentares. Segundo dados apresentados pelo relator da Comissão Mista de Orçamento, senador Almir Gabriel, ao ministro Costa Couto, as emendas ao orçamento apresentadas pelos parlamentares somam gastos no montante de Cr\$ 2,8 trilhões, valor que ele reduziu para Cr\$ 400 bilhões após uma rigorosa triagem nas emendas.